



Radiofoto AFP

No Teatro Nacional, a discussão sobre o futuro do BID

Brasil é contra mudança na sistemática do BID

ASSIS MOREIRA
Enviado especial

San José, Costa Rica — No primeiro dia de discussões sobre o futuro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Brasil manifestou-se claramente contrário à mudança de perfil da instituição que pelo Plano Baker passaria a envolver-se em empréstimos setoriais (balanço de pagamentos) não vinculados a projetos específicos de desenvolvimento. O Brasil adverte que essa mudança embute maiores condicionalidades, interfere na política econômica dos países, aumenta o endividamento e beneficia mais os bancos credores.

Paralelamente ao primeiro dia de reuniões do comitê de governadores do BID, os representantes brasileiros fizeram vários contatos com representantes de bancos, consultorias e firmas internacionais, para mostrar que o País se encontra financeiramente saneado e pronto a receber novos investimentos. Para estimular a entrada de novas aplicações, o diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, prometeu rever as normas que regem os investimentos e reinvestimentos no País, embora ressalvando que a legislação sobre o assunto é intocável.

O FUTURO DO BID

O que se discute fundamentalmente em Costa Rica, a nível oficial, é o futuro do BID e sua vinculação ao Plano Baker. Esse "plano" — lançado no final do ano passado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, para enfrentar o endividamento do Terceiro Mundo — na prática quer reduzir o BID a um braço auxiliar do Banco Mundial. Os recursos para financiamento seriam aumentados para o próximo quadriênio, mas 25% do total ficaria vinculado ao financiamento de balanço de pagamentos. Ocorre que a primeira resistência parte do próprio BID, e os principais países, como Brasil, Argentina e México, preferem outros caminhos pelos quais as instituições financeiras multilaterais podem ajudar os países endividados.

Os países do chamado Grupo A — Brasil, Argentina, México e Venezuela — estão hoje submetidos a uma cota anual de empréstimos do BID, no total de US\$ 250 milhões para cada um. Além disso, a contrapartida de 50% — o BID normalmente fornece apenas a metade dos recursos para o desenvolvimento de um projeto —, também dificulta os endividados, já que eles continuam submetidos a um processo de ajustamento interno. Só o Brasil tem retido US\$ 1 bilhão no BID, não o tendo sacado por não dispor de outros US\$ 1 bilhão para levar adiante os projetos.

Assim, o que esses países querem do BID é reduzir a contrapartida de 50% para 25%, em primeiro lugar. Em segundo, acabar com o teto dos empréstimos, ou pelo menos jogá-lo a outro patamar, o que representaria para o País mais US\$ 250 milhões este ano.

O que não se pode aceitar, na interpretação dos negociadores brasileiros, é que o BID arrefeça seu tradicional papel de financiador do desenvolvimento econômico-social para financiar balanço de pagamento, que, na prática, nada mais significa do que arranjar dinheiro para que os países endividados paguem parcelas dos juros aos bancos internacionais. Além disso, os financiamentos setoriais (balanço de pagamentos, de fato), de rápido desembolso, embutiriam interferência do governo norte-americano, através das instituições multilaterais, sobre os países endividados.

A assembleia anual do BID começa na segunda-feira. Hoje serão realizadas duas reuniões do comitê de governadores da instituição, mas tudo leva a crer que uma mu-

deve ser discutida por pelo menos mais dois anos.

INVESTIMENTOS NO BRASIL

O Brasil aproveita a presença de cerca de duas mil personalidades financeiras internacionais para garantir que está recuperado. Para Carlos Eduardo de Freitas, diretor da Área Externa do BC, agora, só resta recuperar a credibilidade. Para que os investimentos voltem a irrigar no País, por exemplo, ele revela que o Firce — departamento do BC encarregado das autorizações e dos registros de investimentos estrangeiros no Brasil — está estudando uma atualização nas normas sobre o assunto. O resultado do estudo poderá permitir aos investidores estrangeiros em curto prazo finalmente aplicar no ramo imobiliário. Também o BC pretende debater com a Comissão de Valores Mobiliários e as bolsas de valores sobre aplicações de estrangeiros em ações. Atualmente, existe uma série de restrições. Na prática, o estrangeiro só pode aplicar através de fundos mútuos e sob determinadas condições.

Não existe interesse, por outro lado, em estimular a conversão de dívida em capital de risco. Deverá ser mantida a restrição imposta pela Carta Circular nº 1.125, pela qual só o próprio emprestador pode fazer a conversão. Ocorre que até o final de 1984 bancos credores vendiam créditos junto ao Brasil com grandes deságios para empresas multinacionais já sediadas no País. Houve, de fato, conforme estudo posterior da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), uma desaturação do que o governo brasileiro realmente desejava estimular.

Carlos Eduardo de Freitas insiste perante a comunidade internacional em que o País está preparado para novos investimentos diretos. Ele observa, por outro lado, que está havendo total mudança no rumo dos investimentos: no passado, o investimento era direcionado aos setores de ponta. Hoje, até por causa de restrições — na informática e química fina, por exemplo —, esses investimentos estão sendo direcionados principalmente para a área de serviços.

Ano passado, o total de dinheiro novo, vinculado a investimento, que entrou no Brasil foi de cerca de US\$ 300 milhões, enquanto as conversões ainda alcançaram US\$ 500 milhões; para este ano, preliminarmente, o BC só espera US\$ 400 milhões de dinheiro novo de investimento.

SITUAÇÃO BOA

O diretor da Área Externa do BC continua garantindo, em seus contatos internacionais, que a situação das contas externas do Brasil é privilegiada. Embora com ressalvas, já que alega não dispor de maiores detalhes sobre o estudo, ele menciona que o Departamento Econômico do BC prevê economia de US\$ 1,5 bilhão só com a importação de petróleo neste ano. A queda das taxas de juros também dará uma boa economia ao País.

Falta agora, na sua opinião, uma vez deflagrado o Plano de Estabilização da Economia, recuperar a confiança da comunidade internacional. E isso não é coisa que se faça da noite para o dia. Por isso, as autoridades econômicas estão investindo nesse caminho. O ministro do Planejamento, João Sayad, que a partir de hoje toma a chefia da delegação brasileira em San José, terá terça-feira uma reunião com cerca de 900 bancos credores.

O funcionário do Citibank encarregado de chefiar o Comitê dos Bancos Credores, William Rhodes, é esperado hoje em San José. Também chega para ajudar o Brasil o ex-subsecretário de Assuntos Latino-Americanos e posteriormente de Assuntos Econômicos do Departamento de Estado dos EUA, William Rogers. Ele é advogado do Brasil, dando consultoria na renegociação da dívida externa.